

PRODUZIR ENERGIA E DESTRUIR A VIDA

Cirineu da Rocha¹

A avaliação da estratégia adotada há anos pelo setor elétrico brasileiro para a produção de energia a partir da hidroeletricidade, é que ela está intimamente ligada à produção de eletrointensivos gerando enormes impactos sócio-ambientais.

Vale lembrar, que a produção mundial de alumínio cresceu 16 vezes desde 1950, e alcançou um nível *record* em 2000. O estuendo crescimento da indústria de alumínio, se por um lado trouxe benefícios para a sociedade, por outro, contribuiu para a construção de inúmeras grandes e destrutivas barragens que bloqueiam os rios do mundo, além dos impactos que causa através da mineração e processamento da matéria prima. Hoje, mais da metade do abastecimento de energia das indústrias de alumínio vem de hidrelétricas. Muitas companhias constroem barragens particulares somente para suprir suas plantas de processamento; tais barragens são responsáveis por cerca de 14% do suprimento de energia desta indústria; o remanescente vem de outras barragens.

A indústria de alumínio é responsável pela destruição que a barragem de Tucuruí causou na região norte do Brasil. Atualmente, muitas outras estão em fase de planejamento, principalmente na região amazônica, dentre elas, Serra Quebrada (TO/MA), Estreito (TO/MA), Marabá (PA/MA), Santa Isabel(PA/TO) e Belo Monte(PA). Essas barragens têm provocado terríveis impactos sociais e ambientais. Na maioria dos casos, os benefícios econômicos das plantas de alumínio e suas barragens não compensam seus impactos negativos. Nenhuma dessas barragens teria sido construída não fosse à pressão da indústria de alumínio exemplo disso à barragem de Tucuruí que mesmo depois desalojar milhares de pessoas, as famílias atingidas ainda não tem energia elétrica em suas casas.

A construção das Usinas Hidroelétricas - UHE é a continuidade do projeto de integração da burguesia brasileira juntamente com as empresas transnacionais que para entrar neste setor lucrativo e estratégico tiveram facilidades quando o Brasil optou pela abertura de mercado e o neoliberalismo. Sendo que o potencial hidrelétrico da região amazônica está avaliado em cerca de 130.000 MW/h, o que representa 50% do potencial hidrelétrico brasileiro, sendo que 69% do potencial ainda não aproveitado, e cerca de 6% do potencial hidrelétrico mundial.

É ainda, parte do plano de desenvolvimento integrado norte sul do sistema energético, em que vários projetos já estão prontos, como: Tucuruí (PA), Serra da Mesa, Cana Brava (GO) e Lajeado(TO). Está prevista a construção de outras usinas hidroelétricas no Rio Tocantins e Araguaia. A construção dessas usinas transformará o RIO TOCANTINS EM UM GRANDE "LAGO",

¹ Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens.

desalojando milhares de famílias, que após a conclusão desses projetos ficarão sem o mínimo de condições de vida, tudo isso feito em nome do “progresso”.

Tabela-1. Barragem construída, em construção e projetada no rio Tocantins e o numero aproximado de famílias atingidas e as empresas construtoras as quais são as que exploram a produção de energia.

| Barragem | Famílias | Empresas | Situação em que se Encontra |
|-----------------|-----------------|--------------------------------|------------------------------------|
| Serra da Mesa | 3000* | FURNAS | Em Operação |
| Cana Brava | 1400* | Tractebel | Em Operação |
| São Salvador | 700* | Tractebel | Licenciada |
| Peixe | 1000 | Grupo Rede/EDP, FURNAS | Em Construção |
| Ipueiras | 2000 | Grupo Rede/EDP, FURNAS | Estudos de viabilidades |
| Lajeado | 4969 | Grupo Rede/EDP | Em Operação |
| Tupiratins | 3000* | Projeto | Estudos de viabilidades |
| Estreito | 5000* | Tractebel CIA Vale do Rio Doce | Licenciada |
| Serra Quebrada | 7000* | Projeto | Estudos de Viabilidade |
| Marabá | 10 000* | Projeto | Estudos de Viabilidade |
| Tucuruí I fase | 6 000* | Eletronorte | Em Operação |

* Numero aproximado de famílias atingidas e ou ameaçadas, este é um numero aproximado sendo que nessas regiões há uma grande mobilidade social.

No início, esses projetos eram construídos com recursos públicos e por empresas estatais como aconteceu em: Tucuruí, Serra da mesa. Já em Lajeado onde foi construída pela iniciativa privada e principalmente por empresas transnacionais, que entraram no setor com a desregulamentação do mesmo, teve um agravamento, pois a privatização do setor elétrico brasileiro era porque não se tinha recurso para investir, mas em Lajeado as empresas privadas tiveram 100% dos seus recursos vindos dos cofres públicos. A UHE – Serra da mesa. Os impactos ecológicos e culturais provocados pela construção de grandes usinas hidrelétricas (UHE) alteram as estruturas sociais e circuitos produtivos locais e regionais e repercutem negativamente no meio ambiente, com efeitos em toda bacia hidrográfica. A UHE de Serra da Mesa não foi exceção à regra. As conseqüências desse empreendimento para a população e para o ecossistema da região

foram imensas. Ainda hoje, não há respostas efetivas aos problemas causados com a construção da usina.

Apesar da organização dos atingidos, das lutas e mobilizações a empresa responsável pela operação da barragem FURNAS, vem tentando ganhar tempo e não tem cumprido os acordos feitos com as famílias atingidas no sentido de resolver o problema do passivo socioambiental.

A TRACTEBEL é a empresa responsável por Cana Brava, há três anos em operação e o BID foi o principal financiador da obra. Em virtude de pressões da sociedade civil organizada, o Banco fez algumas verificações na região para avaliar se as diretrizes de responsabilidade social haviam sido cumpridas pela TRACTEBEL. Até o presente três 03 relatórios foram elaborados por comissões independentes contratadas pela instituição e todos eles constataram as arbitrariedades da TRACTEBEL no trato e no descaso com as famílias atingidas.

A TRACTEBEL anunciou a captação de R\$ 200 milhões de reais a instituições financeiras para pagar antecipadamente o empréstimo tomado junto ao BID para a construção da obra, no norte de Goiás. Uma tentativa clara de desfazer-se dos compromissos com a população e das pressões do Banco. Os moradores consideraram esta atitude uma promiscuidade da empresa: “Essa multinacional que veio trazer a desgraça para nosso povo deverá pagar pelo que fez. Agora está querendo se livrar de se suas responsabilidades, mas nós estamos organizados para cobrar tudo o que é de nosso direito”, diz Nazareth Pereira de Almeida, coordenadora do MAB, que continua: “Nós estamos aqui no BID para exigir o financiador também se responsabilize pelos danos causados, cobrando da empresa resultados imediatos a nosso favor. Há muito tempo a TRACTEBEL lucra com esta barragem e o povo ficou a mingua”, finaliza.

Estudos denunciam que em função da barragem, muito focos de dengue foram encontrados na região, assim como a contaminação pela raiva animal de mais de 1500 cabeças de gado, segunda dados da vigilância de saúde animal do município de Minaçú. Outras denúncias recaem sobre o isolamento de comunidades e a falta de acesso à sala de aula a 150 crianças no município de Cavalcante, também atingido pela barragem.

Na UHE - Peixe Angelical não está sendo diferente o governo realizou os estudos através de FURNAS, sendo que as empresas públicas não podiam investir no setor, na hora da licitação foi um consórcio de empresas privadas, liderado pela multinacional portuguesa, EDP que é uma das acionistas de Lajeado. Iniciou a construção da barragem sem nenhum diálogo com a comunidade, por isso em 14 de março de 2003 as comunidades fizeram uma mobilização em frente ao escritório da ENERPEIXE, empresa criada para representar o consórcio.

Por falta de recurso, pela instabilidade do setor com o novo governo e ainda pelo fato de existir sobra de energia no sistema devido a vários fatores como: a) Com a crise no setor elétrico brasileiro (Apagão) os consumidores passaram a economizar a energia; b) Com a entrada de novas gerações como: A UHE Cana brava e outros; C) E por último o fato do Brasil estar com a economia paralisada deste o final da década de 80, o grupo responsável pela construção da UHE - Peixe paralisou as obras.

Segundo uma teoria que argumenta que o setor privado não é capaz por si só de garantir a estabilidade da economia. Não é capaz de evitar crises profundas. Para que a economia se mantenha em equilíbrio e possa empregar todos os recursos, é necessário que o Estado intervenha inclusive com aporte de recurso, ou seja, unir o público a privado (PPP). Segundo o Plano Público Privado do governo federal, uma vez que a “empresa não tinha dinheiro” para investir no projeto as obras estavam paralisadas por novos motivos que já citamos. FURNAS interviu no processo com um aporte de recurso na ordem de R\$ 400,00 milhões, sendo que a mesma articulou com o BNDS, mas 600 milhões para que fosse retomada a obra, e que mais um projeto do setor elétrico saísse do papel, ou seja, para a construção da barragem de Peixe os cofres públicos contribuíram com 1 bilhão de reais, uma vez que o custo total da obra e da ordem de R\$ 1,2 Bilhões, ou seja, a contribuição de dinheiro público para a empresa privada está acima dos 80% do valor total da obra, dinheiro este que poderia ser investido em: saúde, educação, agricultura, reforma agrária, casas, saneamento e etc.

A UHE – Lajeado os custos sociais e econômicos para as famílias são altos implicando no comprimento, alteração dos traços sociais, culturais e econômicos, uma vez que é remanejada para áreas com características adversas e anteriores.

A UHE do Lajeado atingiu mais três mil famílias sendo parte dela as recolocada para reassentamento rurais e urbanos. Este estado que nasce a partir experiências vividas nos diferentes níveis de organização e de conflitos sociais pretende relatar os trabalhos desenvolvidos pelo MAB e suas relação com utilidades governamentais e não governamentais na busca permanente da organização necessária para garantia dos direitos dessa família a relocação e compensações por terem abandonado suas terras, suas raiz, seus vínculo de amizade e suas identidade cultural.

As famílias tinham modos de vida diferentes, costumes e formas de ter sua sobrevivência a partir de três fontes: A pescas de peixes no Rio Tocantins e seus tributários; a coletas de frutos do Cerrado para o consumo e venda nas feiras livres e o plantio de vazantes onde existia pouca exigência de adubos químicos e defensivos agrícolas.

A nova realidade enfrentada pelas famílias e as exigências de um novo modelo produtivo fizeram com que técnicas e comunidades se voltassem para um esforço coletivo, visando ações que efetivem de fato os princípios da agricultura familiar.

Ouve-se falar do projeto da UHE Estreito desde os anos 70. A Eletrobrás mapeou cada bacia da região amazônica a fim de determinar quais seriam as prováveis áreas para construção de empreendimentos hidrelétricos. E no final do governo FHC, entre os anos de 2001 e 2002, o projeto aparece como um dos prioritários para serem licitados. Assim, em julho de 2002, a hidrelétrica de Estreito foi licitada e a concessão adquirida pelo CESTE (Consórcio Estreito de Energia), do qual fazem parte a TRACTEBEL, a VALE, a CAMARGO CORRÊA, a ALCOA e BILLITON. Passando alguns dias da licitação, aconteceram as audiências públicas nos municípios que serão afetados pelo lago da hidrelétrica.

O IBAMA contrariando o parecer do Ministério Público Federal liberou a LP – Licença Prévia ao Consórcio e este vem desenvolvendo trabalhos de pesquisas com objetivo de construir a barragem, sendo que se esta for construída trará grandes transtornos sociais: aos povos indígenas, aos ribeirinhos (pescadores, coletores, extrativistas e vazanteiros), as cidades que com a formação do lago haverá uma grande desestruturação das famílias, comunidades e cidades, sendo todas elas não tem rede de esgoto fazendo com que tenhamos um grande problema na qualidade da água e Problemas ambientais com a supressão de extensas áreas de matas nativas, de babaçu, o fim das praias.

Impactos causados com a construção das Barragens

- Inundação das florestas, com diminuição da biodiversidade;
- Inundação das terras agrícolas mais férteis;
- Desmatamento;
- Impactos irreversíveis na vida aquática, e fauna em geral;
- Impede migração dos peixes, afetando a sua reprodução;
- Expulsão das populações locais com indenização inadequada;
- Atinge as áreas indígenas e os seus recursos naturais;
- Imigração de pessoas em busca de trabalho, pressionando serviços públicos, e aumento de alcoolismo e prostituição;
- Proliferação de insetos;
- Impactos na qualidade e disponibilidade de água;
- Aumento de doenças;
- Distribuição desigual dos benefícios da eletricidade;
- Liberação de gases carbônicos (especialmente metano), contribuindo ao aquecimento global.

Questões sócio-ambientais

Enquanto as empresas e o governo esbaldam-se no dinheiro público, a população tenta se organizar para garantir os seus direitos, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem vem a mais de dois anos organizando as comunidades. No dia 14 de março de 2003, a comunidade fez uma mobilização com mais de 350 pessoas na cidade de Peixe onde se encontra o escritório da ENERPEIXE, empresa responsável pelo consorcio que constrói a barragem, onde as pessoas presentes entregaram para os representantes da empresa uma pauta, contendo vários pontos os quais ate neste momento não deram respostas para a comunidade que se organizou, não deixando a empresa fazer o cadastr socioeconômico.

O IBAMA interveio tentando amenizar a problemática entre a empresa e os atingidos com a criação de um Fórum de negociações de conflitos. Chegou a discutir o estatuto quem participaria e

o regimento interno, mas o IBAMA ficou com a coordenação do mesmo, e este nunca reuniu a comunidade e a empresa para discutir a proposta da comunidade.

A forma com que as empresas do setor elétrico têm e vêm tratando as famílias atingidas e o meio ambiente é de uma total falta de respeito, não se considera que ali moram pessoas há muitos anos, que construíram suas vidas com uma relação íntima de convivências com o rio, com as plantas nativas, o sustento dessas famílias, alimentação e retirado: da pesca, da coletas de frutos, de plantar as vazantes e de vender algo nas temporadas de praias da região. Com a formação do lago da aludida barragem, isso vai se embora, as pessoas recebem indenizações irrisórias com muita pressão por parte das empresas; as famílias que recebem re-assentamento têm muita dificuldade de adaptação nas novas áreas por causa de ter uma vida relacionada à sua convivência com o rio e os frutos que ali se produz.

A atividade agrícola das famílias ribeirinhas na bacia Tocantins Araguaia está intimamente relacionada ao regime hídrico dos rios, baseando seu calendário no ciclo das vazantes e enchentes, representando um estreito vínculo do morador ribeirinho com o tempo da natureza. A partir do momento em que a experiência é considerada como a origem de um tipo de conhecimento, a visão do indivíduo que viveu a experiência e que a relata, transforma-se na base da explicação sobre a qual emerge a explicação (SCOTT, 1999).

Os re-assentamentos são construídos em áreas de terras que para produzir e necessário adotar mudança de hábitos, ou seja, o uso de sementes híbridas, uma quantidade maior de adubos químicos, defensivos agrícolas, uso de maquinas, o que antes não era necessário para que haja esta adaptação e necessário o acompanhamento, a orientação de uma equipe técnica.

Será que o mundo poderá suportar mais sete Gerações Coca Colas, Pepsi e outros vendedores de latas? Uma coisa está perfeitamente clara: à medida que a população mundial cresce, e que a economia torna-se cada vez mais globalizada, a demanda global de latas e outros produtos de alumínio crescerá. Esta maior demanda gerará há necessidade de novas plantas de processamento de alumínio, que continuarão a provocar um grande impacto nos rios do mundo, na atmosfera e outros recursos naturais, assim como nas comunidades humanas. Como as populações indígenas que muito sofreram com o “desenvolvimento” do tal Capitalismo, que torna as empresas transacionais cada vez mais ricas e os países mais pobres cada vez mais pobres.

Com a construção de todos esses projetos está sendo implementado um segundo projeto que a hidrovia que os governos vem há muito tempo tentado inserir nas comunidades que muito importante para o “desenvolvimento” das comunidades, mas o que de fato se quer e a produção de soja para exportação, mesmo que para isso seja necessário o fim de um modo de viver, de uma cultura, de povos, isso tudo em nome do progresso.